

A ANÁLISE DO DISCURSO INTERACIONAL *

MONICA HELLER
(Universidade de Toronto)

INTRODUÇÃO

Considerando-se que o estudo das práticas da linguagem é, na verdade, multifacetado, o título deste artigo revela apenas uma perspectiva: a que evidencia a relação histórica e intelectual entre abordagens desse estudo. Creio ser válido afirmar que, historicamente, uma série de disciplinas (principalmente a psicologia social e a sociologia, seguidas pela antropologia lingüística e pela sociolingüística) adotou o estudo da interação social com o propósito de compreender de que maneira as pessoas constroem o mundo que as cerca. A adoção dessa perspectiva não resultou, necessariamente, na compreensão ou na construção do objeto de análise como “discurso”. Entretanto, a noção de “discurso” tem se tornado cada vez mais relevante para esse propósito, à medida que se evidencia que as particularidades das práticas lingüísticas estão associadas às maneiras mais amplamente compartilhadas e ideologicamente construídas do uso da língua. Da mesma forma, o estudo do discurso tem incluído, cada vez mais, o estudo das condições de produção desse discurso (seja qual for sua forma) para daí efetuar as análises das interações. Discutir-se tanto a análise do discurso das interações quanto a análise do discurso interacional é igualmente proveitoso. Em consequência disso, focalizarei neste artigo uma variedade de facetas da relação entre as duas. O ponto em comum, no entanto, permanece o mesmo: o que pode ser aprendido quando se compreende o que acontece nas interações entendidas como produção de discurso.

Julga-se que o que pode ser aprendido engloba os seguintes pontos principais: 1) qual é a natureza da mecânica discursiva e interacional da construção social da realidade, e, especialmente, quais dimensões dessa mecânica são universais e quais são cultural, social ou historicamente contigentes ou mesmo específicas; 2) qual é a natureza da relação entre essas mecânicas e as suas condições de existência. Em outras palavras, os nossos objetivos têm sido o de explorar a natureza do discurso na própria interação como uma maneira de se compreender de que modo construímos a realidade social, e o de explicar o que entendemos ser a natureza do discurso em termos das condições sociais, políticas e econômicas (locais ou de outros lugares quaisquer, ou,

* Este artigo será publicado em inglês na coletânea *Handbook of Discourse Analysis*, organizado por H. Hamilton, D. Schiffrin e D. Tannen. (Oxford) Blackwell. Foi aqui traduzido por Maria da Glória de Moraes e revisado por José Carlos de Almeida Filho a quem a tradutora agradece as sugestões pertinentes.

segundo a terminologia de Mehan (1987), ‘proximal’ ou ‘distal’) da produção discursiva. Ao mesmo tempo, uma vez que a questão da relação entre o discurso e as condições da produção discursiva é colocada, não é mais evidente o que afeta o que, e alteramos o nosso foco, abordando o próprio discurso como uma forma de ação social.

Irei tratar cada um desses pontos separadamente, iniciando pelo exame do discurso na interação como uma maneira de descobrir de que modo a realidade social é construída. É importante apresentar aqui a questão que tem sido colocada de diversas maneiras nas disciplinas da filosofia, da psicologia social (principalmente nos trabalhos dos interacionistas simbólicos), da sociologia e da antropologia, em vista dos novos propósitos de se focalizar a estrutura e a função da fala [*talk*]. Estes novos objetivos podem ser explicados, em parte, pelas reações contra as tendências universais não-empíricas na lingüística e na teoria social; em parte, talvez, simplesmente pela disponibilidade do gravador como um instrumento para a coleta de dados no trabalho de campo. De qualquer maneira aparece como central aqui uma combinação de propósitos estabelecidos nas disciplinas emergentes (ou subdisciplinas, conforme o ponto de vista de cada um) da etnometodologia, da pragmática, da antropologia lingüística e da sociolingüística (com repercussões e influências na ciência cognitiva e na filosofia da linguagem). Esses propósitos têm o objetivo de descobrir os padrões do discurso conforme eles aparecem na interação, e o de entendê-los como atos primários na produção dos significados.

Para alguns, no entanto, o enfoque estrito do discurso na interação era insatisfatório uma vez que o mesmo poderia não possibilitar o tipo de dados necessários para explicar de onde teriam vindo quaisquer dos padrões observáveis, ou quais tipos de conseqüências eles poderiam ter. O segundo ponto diz respeito, então, aos trabalhos que têm por finalidade ligar os padrões do discurso às condições da sua produção, ou seja, situá-los social e historicamente. Nesta linha de investigação surgiu uma maneira ligeiramente distinta de se colocar a questão original, em uma forma de trabalho que em vez de considerar o discurso como o produto das condições da interação, o entende como estando nelas inscrito dialeticamente. Nesta perspectiva (a terceira, na linha de argumentação que vimos seguindo), o discurso na interação se torna um lugar privilegiado para a análise da ação social e da estrutura social (e da relação entre as duas).

Na seção final, discutirei algumas questões teóricas que permanecem insolúveis nessa linha de pesquisa. Uma das mais significativas diz respeito ao problema referente à medida em que a linguagem pode ser tratada como um sistema autônomo, posta em prática no discurso, ou se, em termos mais radicais, ela não pode ser entendida de modo algum fora do seu uso. Igualmente relevante é o reverso da primeira questão, isto é, de que modo o discurso na interação se insere no espectro das formas da ação social, e até que ponto esse discurso merece o *status* privilegiado que tem gozado nas décadas recentes entre aqueles que estudam a natureza e o funcionamento da ação social. Ambas as questões são importantes para os lingüistas e para os (outros tipos de ?) cientistas sociais.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

A questão relativa à natureza da realidade tem uma longa e nobre história. Atitudes a seu respeito promulgarão alguns dos mais importantes equívocos em debates intelectuais. A perspectiva que nos interessa aqui é aquela que caracteriza a realidade como um constructo social e que localiza o processo de construção na interação entre o indivíduo e o seu mundo, principalmente quando mediado pela interação com as outras pessoas. Para alguns, especialmente os que se baseiam na tradição da psicologia, isso significa um enfoque empírico na experiência do indivíduo dessa interação e nas conseqüências dos processos interacionais para o desenvolvimento individual. Para outros, significa um enfoque nos processos interacionais propriamente ditos, como o meio de revelar as dimensões sociais da construção da realidade. Meu objetivo, aqui, tem relação com os trabalhos referentes a esse segundo aspecto.

As abordagens da questão da natureza dos processos interacionais podem ser grosso modo agrupadas em duas categorias: a etnometodológica e a interpretativa (ou interacionista). As duas estão relacionadas de muitas maneiras, especialmente na influência que a primeira exerce sobre a segunda, mas para os propósitos de exposição é proveitoso distingui-las. A principal distinção que gostaria de fazer entre elas diz respeito à atitude em relação aos dados. Os etnometodólogos têm uma nítida preferência em restringir as suas análises ao que é verdadeiramente observável. Os interpretativistas ou interacionistas estão preparados a adotar outras fontes de dados que os auxiliem na análise dos dados interacionais. É desnecessário dizer que a distinção em casos específicos pode ser amplamente heurística, até imprecisa, no entanto ela descreve, pelo menos, a diferença entre os casos extremos de cada grupo, e apreende algo relativo à orientação dos analistas que se situam em algum lugar da fronteira nebulosa entre os dois grupos.

Talvez a tendência mais forte de uma abordagem etnometodológica para a análise do discurso na interação seja a de tratar os dados interacionais como um texto. O objeto de análise é o texto da transcrição da interação, quer ele seja literalmente verbal, baseado em gravações em áudio, quer seja uma combinação dos materiais verbais e não-verbais, dada a disponibilidade da gravação em vídeo. A razão disso é que a ação social é entendida como contínua e reflexiva; pode-se observar de que maneira os participantes dão sentido ao mundo, observando-se como nele agem, ou, mais especificamente, as suas interações reflexivas (Heritage, 1984).

Essas interações podem ser apresentadas como sendo não aleatórias; Garfinkel, o fundador da etnometodologia, assim como outros sociólogos, principalmente Goffman (cf. e.g. 1959, 1974, 1981), mostraram que era possível revelar a ordem normativa indicada pelas rotinas interacionais quando romperam essas rotinas e observaram a sua desintegração. Segundo Heritage, os padrões observados nos dados interacionais são dispostos de modo a apontar um “padrão subjacente” (Garfinkel 1967, apud Heritage 1984: 84). Este “padrão subjacente” é alguma forma de ordem social. Embora não seja muito evidente qual forma de ordem social esteja implicada aqui (este problema será tratado na próxima seção), o *insight* etnometodológico indica ser possível percebê-la, observando-se as suas manifestações na ordem normativa da interação, e, especialmente, quando essa ordem é rompida.

Embora, inicialmente, a etnometodologia não tenha focalizado o discurso na interação, não é surpreendente que ela tenha se voltado para esse tipo de dados, considerando-se a primazia atribuída à ação observável. Heritage (1984:235) cita a explicação que Harvey Sacks apresenta por ter se apoiado em dados gravados em fita:

“Desse modo a questão era: haveria alguma maneira da sociologia poder tratar, de modo informal e informativo, dos detalhes dos eventos reais ? ... Eu quis localizar algum conjunto de materiais que permitisse um teste.”

Junto com Emanuel Schegloff e Gail Jefferson, Sacks definiu as bases para a análise da conversação, a maior contribuição da etnometodologia para a análise do discurso na interação.

A análise da conversação se concentra em descobrir os padrões por meio dos quais as pessoas orientam a si mesmas (e umas às outras) nas dimensões específicas de alguma ordem normativa subjacente. Muitas vezes, essas dimensões se ativeram à ordem normativa da conversa [*talk*] propriamente dita, ou seja, de que maneira supõe-se que a mesma esteja organizada. Os estudos mais importantes sobre esse assunto referem-se a: 1) de que maneira os participantes constroem uma orientação para a conversa, isto é, de que maneira eles se tornam disponíveis uns aos outros para os propósitos da interação (por exemplo, através da utilização das rotinas de cumprimentos; cf. Schegloff, 1972) e ainda organizam as suas orientações uns em relação aos outros para a atividade em questão; 2) a distribuição da fala entre os participantes; e 3) de que maneira os participantes constroem uma orientação em relação ao tópico da conversa. Além de focalizar as rotinas observáveis, os etnometodólogos examinam a estrutura da conversação, principalmente os fenômenos tais como a troca de turnos (iniciada pelo influente Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974); a seqüência e a adjacência; e, naturalmente, o reparo, que enfatiza a ordem normativa ao analisar o seu colapso e a sua reconstrução.

Há várias razões que justificam porque a ordem normativa da conversa poderia ser interessante. Para alguns, o padrão subjacente a que ela se relaciona é cognitivo e potencialmente universal: o que a ordem revela é o modo pelo qual nós, organismos conscientes, organizamos a nossa experiência e a compreendemos. Para outros, o interesse reside na direção da ordem social a qual determina que a ordem normativa da conversa se relacione com as outras dimensões das relações sociais, ou seja, com a regulação normativa das relações entre as pessoas que, em virtude das suas posições nas categorias sociais (normativamente salientes), dispõem de um certo conjunto de relações (normativamente salientes) umas com as outras, bem como com as que estão interacionalmente “presentes” (fisicamente ou não), mas que não falam (ou escrevem) na interação em questão. Neste caso, o padrão subjacente poderia ser universal, mas é mais provável que seja historicamente contingente.

Aos interessados nos problemas da ordem social, os métodos etnometodológicos proporcionam uma maneira de fazer três coisas. Uma é descobrir de que maneira a interação (observada nos modos de saber e de ser dos atores) contribui para a construção de uma ordem social que vai muito além de qualquer interação analisável; a outra, ao contrário, é examinar de que maneira a relação entre a ação social e a estrutura social

afeta o modo que os indivíduos possam vir a saber e a agir nos seus mundos. A terceira é identificar as manifestações interacionais dos problemas sociais (nos quais as interações são vistas como fontes potenciais de problemas, como locais possíveis para a descoberta de fontes que são apontadas interacionalmente, e como locais possíveis para a intervenção). No entanto, como veremos, a busca dessas questões provocou algum tipo de divisão ideológica. Alguns pesquisadores continuam a se ater ao princípio etnometodológico de restringir a análise ao que é observável, e analisar as interações nelas mesmos e de (e para) si mesmos. Outros têm colocado questões sobre as interações e o que acontece com elas, o que os levam a considerar os fenômenos além dos limites da análise das interações específicas. Algumas dessas questões, como veremos abaixo, têm a ver com a explicação do porquê as coisas acontecem de uma certa maneira, e outras com as consequências dos padrões interacionais.

Na verdade, embora esses trabalhos compartilhem os interesses e os métodos oriundos da etnometodologia, pode-se também notar desenvolvimentos paralelos na própria sociologia, bem como na antropologia e na lingüística, e um certo grau de convergência entre algumas tendências da sociolingüística e da lingüística antropológica (a diferença entre essas duas subdisciplinas está na verdade se tornando cada vez menos evidente). Na sociologia, o trabalho de Goffman (vide acima) foi extremamente influente. Apesar de Goffman compartilhar com os etnometodólogos o interesse em entender os processos interacionais como fundamentais para a construção da ordem social, o seu trabalho apontou a importância de se situar as interações específicas no contexto, não o de algum padrão subjacente abstrato, mas o do tecido vivo da vida cotidiana, entendendo-se esse como parte do padrão dinâmico dos quadros socialmente constituídos (os quais ele considerava como a base das instituições sociais).

Na antropologia, o aparecimento da etnografia da comunicação (Gumperz e Hymes, 1972) abriu caminho em direção a ainda outra abordagem da interação, a que adotou as referências da etnometodologia, no que diz respeito às rotinas e aos padrões de uso da linguagem na interação, mas que foi além disso ao considerar esses padrões como estando inscritos em processos culturais complexos. Embora um dos incentivos para esse trabalho tenha sido o de contestar a insistência chomskyana em adotar uma visão estrutural abstrata da linguagem como o verdadeiro objeto da investigação lingüística (e como a maneira correta de se pensar o que é a linguagem), muitas das questões que embasaram esse estudo estavam mais voltados para os tópicos tratados tradicionalmente pela sociologia e antropologia, a saber, as questões sobre a ordem social, sobre a natureza da cultura e sobre os problemas sociais (especialmente as consequências da diferença e da desigualdade sociais). Uma das principais idéias subjacentes à etnografia da comunicação foi a de que as questões há muito tempo existentes na antropologia social e cultural poderiam ser tratadas problematizando-se a linguagem como um processo social em vez de considerá-la como o reflexo neutro e transparente da ordem social. A linguagem deveria ser considerada como um lugar privilegiado para o estudo da sociedade e da cultura. Neste ponto, ela aliou os interesses sociológicos com o propósito de apreender a natureza da construção da realidade social.

Interesses similares se manifestaram na lingüística, particularmente em relação ao significado nas investigações relativas à estrutura lingüística. Neste sentido, os trabalhos em semântica (também influenciados pela filosofia da linguagem) transformaram-se no

campo da pragmática, com um foco nas práticas locais de construção do significado que se manifesta na exploração comunicativa da forma lingüística (ver Blommaert, Östman e Verschueren, 1995). Na França, outro tipo de tratamento deste problema produziu uma abordagem denominada *la praxématique* que considera a construção do significado como uma forma de praxis, e como seu objeto de investigação, as formas da praxis lingüística que podem ser consideradas como centrais na construção do significado (ver especialmente o periódico *Cahiers de praxématique*; e, por exemplo, Bres, 1989).

Nessa linha de pesquisa, os trabalhos tendem a focalizar as interações em os ambientes institucionais por várias razões. Uma delas é que o problema da relação entre interação, cultura e ordem social pode ser considerado como um problema da relação entre a interação e as instituições sociais, as quais podem ser entendidas como categorias sociais (tal como o gênero) ou como domínios organizados de atividade (tais como a regulação do comportamento, o gerenciamento da saúde, ou a socialização). No mundo anglófono, há muitos estudos que focalizam o “fazer” das categorias sociais, devido aos movimentos pela igualdade e pela justiça nas comunidades socialmente heterogêneas. Como resultado disso, há trabalhos sobre o “fazer” gênero, e sobre a construção do outro, ou seja, sobre as maneiras pelas quais se estabelecem e se mantêm as diferenças sociais baseando-se amplamente em nacionalidade, raça e etnia (ver, por exemplo, os trabalhos sobre gênero em Hall e Bucholtz 1995; Tannen 1993; Ochs 1992; West and Zimmerman 1987; sobre nacionalidade, raça e etnia em Rampton 1995; Blommaert e Verschueren 1991). Os trabalhos relacionados à construção do outro se sobrepõem aos do multilingüismo, uma vez que este freqüentemente diz respeito à interação das identidades (e.g. Oesch-Serra e Py 1996; Lüdi e Py 1995; Heller 1994). Há, naturalmente, outras infinitas categorias sociais que poderiam ser investigadas da mesma maneira, como o estudo de Watts (1991) sobre as relações familiares ou como o de Dannequin (1976) sobre classe; os escolhidos são os que nos propõem problemas relevantes.

Apesar do seu significado social, os trabalhos relativos à construção das categorias sociais específicas não têm sido tão proeminentes quanto os relacionados às instituições, consideradas como domínios de atividade que são organizados e normativamente regulados. A razão disso pode ser atribuída ao fato que nesses ambientes os dados são relativamente mais acessíveis e identificáveis (a percepção da atividade da construção das categorias de gênero pode não ser tão prontamente óbvia quanto a da que se refere à construção do saber sobre o corpo ou sobre o que é considerado ilegal), e com os tipos de pacotes nos quais os dados parecem vir nesses ambientes. Nas escolas, nos hospitais e tribunais, as interações são geralmente altamente rotineiras e temporariamente circunscritas; pode-se identificar facilmente o começo e o fim de uma interação, e as interações não são tão longas a ponto de serem analiticamente difíceis de manejar. Isso pode ter a ver com a saliência dos problemas sociais que são aparentes nas instituições, tais como as escolas, os hospitais, as lojas, as fábricas, os escritórios e os tribunais, onde o tratamento diferenciado, por exemplo, é, freqüentemente, muito visível e tem extremas conseqüências para a sociedade como um todo.

Pode-se perceber, então, que esse conjunto de trabalhos é motivado de duas maneiras. A primeira motivação relaciona-se às tentativas de se compreender de que modo a interação nos ambientes institucionais produz conhecimento sobre o que é

importante no mundo e de que maneira nele se age (a socialização no lar, na comunidade e na escola; cf. Ochs and Schieffelin 1979 e Schieffelin e Ochs 1986; Mehan 1979); de que modo ela produz conhecimento sobre o mundo físico, principalmente sobre o corpo (como na admissão e nos procedimentos envolvidos para a emissão de diagnósticos nos ambientes médicos; cf. Cicourel 1987; Heller e Freeman 1987; Freeman e Heller 1987; Fisher e Todd 1983; Mishler 1984); e de que maneira a interação produz e reproduz a ordem moral, principalmente através dos sistemas legais e políticos (cf., e.g., O’Barr 1982; Conley e O’Barr 1990; Brenneis e Myers 1984; Mertz 1992). Esses trabalhos visam relacionar com os processos institucionais propriamente ditos o que acontece nas interações nesses ambientes, ou seja, eles procuram compreender a natureza das categorias sociais e as formas de organização social que são consideradas importantes, tanto no que diz respeito ao modo pelo qual afetam a interação, quanto à maneira pela qual a interação as afeta. Isso incluiria questões tais como compreender o que significa, por exemplo, um “paciente” ou um “doutor”, um “aluno” ou um “professor”, e assim por diante, bem como o que significa fazer “diagnóstico”, “defesa legal” ou “promover aprendizagem” (ou “corrigir lição de casa”, ou “arquivar”, ou “catalogar”, etc) e então entender de que maneira elas se relacionam umas com as outras.

O segundo tipo de motivação diz respeito à aplicação dos instrumentos analíticos da conversação para se compreender o tipo de trabalho que as instituições fazem, ou seja, o que elas realmente produzem. Neste caso, o interesse na atividade institucional se relaciona, freqüentemente, ao tratamento de algum problema social, principalmente devido ao fato que um grande número de ambientes institucionais são lugares de seleção social e destinados à regulação da produção e da distribuição de recursos valorizados (quer dizer, lugares nos quais as pessoas são avaliadas de maneiras que as suas vidas são afetadas, e onde alguém decide se elas têm ou não acesso às coisas que lhes são importantes). Assim é que examinando-se, por exemplo, os ambientes educacionais nos permite compreender de que maneira os mesmos contribuem para a produção e a reprodução das categorias sociais, e para a construção e a distribuição do que é considerado conhecimento. Nessa área, exemplos podem ser encontrados, como os trabalhos sobre as bases interacionais de ensino e da aprendizagem de línguas (cf., e.g., Oesch-Serra e Py 1996; Lüdi e Py 1995), e sobre a construção social do letramento (Cook-Gumperz 1986; Heath 1983), bem como sobre o conhecimento em outras áreas, como a matemática ou a ciência (O’Connor e Michaels 1993). Uma atitude crítica em relação a esses processos produz perguntas como estas: por que a escola privilegia algumas formas de saber em detrimento de outras? Por que é que o conhecimento que algumas categorias de alunos trazem para a escola é valioso e legítimo, enquanto que o que é trazido por outros é desvalorizado e marginalizado? Por que alguns grupos de alunos têm mais sucesso acadêmico do que outros?

Na área da educação, uma grande quantidade de trabalhos se concentrou, especificamente, nessa questão da dinâmica interacional da reprodução social e cultural na escola. Classe, raça, etnia e gênero também foram examinados (vide, por exemplo, Gumperz 1982; Heath 1983; Erikson e Schultz 1982; Collins 1988, 1991; Swann 1992; Heller 1995a; Martin-Jones e Heller 1996). Tais análises da interação nos ambientes escolares (geralmente, mas não exclusivamente, nas salas de aula) mostram que o

discurso na interação está envolvido no processo de produção e reprodução social e cultural (quer dizer, a manutenção ou a transformação das relações de poder e dos limites e categorias sociais) de diversas maneiras. Em primeiro lugar, o valor atribuído às variedades lingüísticas se manifesta nos julgamentos feitos sobre a competência intelectual dos seus usuários (individual e coletivamente); esses julgamentos estão baseados na utilização dos elementos dessas variedades em todos os tipos de desempenhos interacionais. Em segundo, a organização social do discurso propriamente dito (quem e quando alguém fala, por exemplo) permite a certos atores exercer esses julgamentos sobre os outros, controlar o acesso às interações educacionais onde o conhecimento é construído, e controlar o que deve ser considerado como conhecimento. Em terceiro lugar, a estrutura do discurso geralmente aponta quadros de referência que precisam ser compartilhados para que uma atividade (como, por exemplo, a aprendizagem) seja considerada como estando ocorrendo; a habilidade dos participantes em construir esses quadros compartilhados nas bases das estruturas normativamente convencionadas do discurso afeta as suas habilidades de desenvolver a aprendizagem em conjunto, de mostrar as suas atividades uns para os outros e de fazer julgamentos apropriados a partir do comportamento apresentado.

Questões semelhantes foram colocadas em relação a outras instituições como indústria e comércio, medicina e justiça, onde outros tipos de julgamentos cruciais podem ser feitos a respeito dos indivíduos, onde uma grande parte se vale dos recursos lingüísticos que as pessoas podem dominar interacionalmente, e dos usos que elas fazem deles nessas situações. Pesquisadores em ambientes médicos, especialmente, se preocupam em entender as diferenças de percepção, a respeito de saúde e doença, do leigo e o médico, e as suas construções discursivas na formulação de diagnósticos e decisões relacionadas ao tratamento (este tipo de pesquisa tem aplicações imediatas em áreas tais como a do desenvolvimento dos métodos computadorizados de diagnóstico, que foram planejados para economizar os custos dos encargos da saúde). Nas áreas relativas à justiça, os pesquisadores também têm tido interesse na construção dos argumentos legais, para entender em que medida eles são percebidos como sendo persuasivos ou não, e quais as suas conseqüências nas decisões dos juizes e dos jurados. Na indústria e no comércio, a pesquisa focaliza a natureza do conhecimento necessário para a realização das interações entre funcionários e clientes, bem como entre colegas de trabalho ou entre empregados e empregadores. Embora a distinção entre o leigo e o médico, ou entre o empregado e o empregador seja nitidamente central para essas investigações (a posição social está relacionada ao acesso aos recursos, inclusive ao conhecimento, e ao poder de influenciar a produção e a distribuição de conhecimento e de outros recursos), é também evidente que aquela distinção de categorias se sobrepõe a outras (nem todos os leigos e médicos, nem todos os empregados e empregadores são os mesmos). Além disso, as dimensões salientes da diferença podem mudar durante o curso da interação.

Muito embora o trabalho continue em uma tendência que poderia ser denominada estritamente etnometodológica, em muitas outras ocasiões, os *insights* iniciais da etnometodologia foram controlados, incorporados e modificados pela utilização de instrumentos etnometodológicos que são capazes de responder a uma grande variedade de questões que ainda permanecem fundamentalmente relacionadas à sociologia e à

antropologia. Ao assim proceder, os pesquisadores descobriram que é difícil explicar de onde vêm as diferenças interacionais observáveis e quais são as suas conseqüências (para a estrutura da ordem social, para o conteúdo dos sistemas de crenças, para as chances de vida dos grupos específicos, etc) se eles se mantiverem focalizados nas rotinas observáveis das interações específicas. Na próxima seção, irei descrever ainda alguns dos problemas que a análise da interação tentou tratar, e algumas tentativas por ela feitas para conservar os *insights* centrais e o poder descritivo e explicativo de uma abordagem interacional, enquanto buscava soluções para alguns dos problemas causados pelas suas limitações.

O LUGAR DAS INTERAÇÕES

Questionamentos relativos à construção interacional das categorias sociais e das relações sociais resultaram em várias questões que não serão resolvidas pela análise da interação por si só. Por exemplo, uma questão central no estudo da construção das categorias sociais foi a da origem e a da natureza das diferenças presentes nessas categorias. Tanto os estudos de gênero como os de comunicação intercultural indicaram que os membros de categorias sociais distintas utilizam rotinas conversacionais distintas (ou estratégias discursivas, segundo Gumperz 1982), e que as mesmas, por sua vez, indicam quadros de referência distintos (conjuntos diferenciados de concepções sobre o mundo e de como nele agir). A pergunta que se faz é em que medida essas diferenças culturais palpáveis são o resultado de experiências distintas de socialização, e em que medida elas são o resultado de posições sociais distintas em relação à distribuição de poder (Cameron 1992; Kandiah 1991). A resposta a essa questão tem implicações para se entender de que maneiras essas diferenças podem contribuir para a construção das relações que são percebidas (por alguém, pelo menos) como sendo problemáticas, porque elas, normalmente, levam a malentendidos (e, conseqüentemente, à inabilidade de se atingir objetivos, de se ter acesso aos recursos valorizados) a conflitos ou a alguma forma de tratamento desigual (como, para mencionar somente alguns exemplos, os observados nos altos índices de evasão escolar, alcoolismo e desemprego entre os membros da população indígena da América do Norte; na coincidência da estratificação racial e educacional; no preconceito sexual na especialização ocupacional e na estratificação de renda baseada no sexo). Na verdade, apesar desses processos serem centrais para se compreender a produção e a reprodução das categorias e das relações sociais, eles não são tratáveis de imediato por uma abordagem analítica da conversação. Além disso, a ligação do problema da categorização social com as relações sociais, através do conceito problemas sociais, se torna uma importante questão teórica e empírica.

As tentativas de resolver essas questões levaram os pesquisadores a repensar o velho problema da interação e da ordem social. Tornou-se, principalmente, um problema analítico central, a questão de como situar as interações em relação a outras formas de vida social, problema esse que veio a ser colocado como o de se entender a natureza do contexto.

Trabalhos anteriores estabeleceram que uma das maneiras eficientes, através da qual a interação funciona, produzindo e reproduzindo a ordem social, é por meio da indicação dos quadros de referência, através dos quais a ação local é interpretável. Evidentemente, esses quadros de referência foram um lugar importante para se entender a ordem social, mas o único meio de se tratar a natureza dos mesmos seria através da compreensão do processo de indexação, ou de *contextualização* propriamente dito, ou seja, o processo pelo qual os quadros de referência são acionados, definidos e modificados na interação. Auer (1992:4) a define da seguinte maneira:

“(...) a contextualização envolve todas as atividades dos participantes, as quais tornam relevante, mantêm, revisam, cancelam ... qualquer aspecto do contexto que, por sua vez, é responsável pela interpretação de um enunciado no seu lugar específico de ocorrência. “

Gumperz (1982) teve grande influência ao chamar a atenção para a importância desse processo, e o seu trabalho inspirou os de outros que examinaram a enorme variedade de meios comunicativos que são invocados para realizá-lo (vide especialmente Auer e di Luzio 1992).

Embora os trabalhos sobre a contextualização como um processo interacional tenham, evidentemente, auxiliado a compreender a natureza das ligações entre os processos locais de interação e os fenômenos e os contextos ou os quadros que elas indicam, eles não trataram a respeito da questão da natureza da relação entre a interação e o contexto. Na sociologia, essa relação foi há muito pensada como a existente entre os denominados processos e estruturas macro-sociais e os de nível micro. Esta distinção sugere uma separação de domínios, que devem, portanto, ser distinguidos empiricamente. Entretanto, um dos resultados da mudança com vistas a estudar a interação como um lugar de construção da ordem social foi o de questionar essa distinção. Não parece ser possível, empiricamente, identificar os fenômenos em qualquer lugar a não ser no denominado nível micro (naturalmente, esta é a razão porque se começou a examinar os dados interacionais em primeiro lugar). Se o nível macro não é empiricamente observável, qual é a utilidade de se manter o conceito? Por outro lado, como vimos, é impossível explicar tudo que acontece no nível micro ao se focalizar determinadas interações, mesmo que elas sejam cuidadosamente selecionadas.

Muitos propuseram maneiras de se repensar a distinção macro-micro (ver, por exemplo, Cicourel 1980; Collins 1981; Mehan 1987; Giddens 1984; Marcus 1986). Todos eles compartilham a opinião que, tanto metodológica como teoricamente, é necessário começar com o que é empiricamente observável, isto é, as interações e os seus traços. Ao mesmo tempo, é evidente que a ordem social não pode ser simplesmente distinguida em qualquer interação específica. A solução proposta por todos, de diferentes maneiras, é a de que se explore as ligações entre as interações.

Pesquisadores tentaram desenvolver essa proposta de duas maneiras significativas. Uma é examinando os traços existentes nas interações em vista das suas ligações com as outras. O estudo dos processos de contextualização, certamente, faz parte desta tentativa, mas o mesmo tomou outras formas também. Mehan (1987) e Cicourel (1987), por exemplo, examinaram as interações que têm um resultado observável, normalmente

na forma de uma decisão de algum tipo. Algumas dessas são as que Erikson e Schultz (1982) denominam de encontros “*gate-keeping*”, porque as decisões ali tomadas afetam o acesso do candidato aos recursos; exemplos de tais encontros são as entrevistas para emprego, as de admissão médica e reuniões de comissões para a seleção educacional. Dessa maneira, os processos interacionais podem ser vinculados aos resultados, e é possível distinguir os efeitos dos processos interacionais locais (efeitos esses que, como acima apontado, Mehan denomina de ‘*proximal*’) daqueles relativos a interações que se encontram distanciadas no tempo e no espaço da que está em curso (como também indicado previamente, esses efeitos Mehan define como ‘*distal*’). Nesta abordagem, os textos também têm um papel especialmente importante, uma vez que carregam traços de outras interações (e de outras decisões) que aparecem e são incorporadas (interpretadas e reinterpretadas, aplicadas de várias maneiras aos novos problemas interpretativos) em novas interações; esses textos podem ser relacionados a leis ou a outros regulamentos que definem o que, institucionalmente, é possível ser feito, ou textos de minutas de reuniões prévias, ou tabelas diagnosticadoras, que colocam uma interação em uma cadeia de encontros que estão temporária e institucionalmente interconectados.

Outra abordagem deste problema é praticar o que Marcus (1986) denomina de “etnografia de lugares múltiplos”, ou seja, focalizar mais de uma interação para descobrir as ligações espaciais, as temporais e, especialmente, as sociais aí presentes. Com esta abordagem, Marcus agrega as dimensões antropológicas dos trabalhos da sociolinguística, que foram realizados conforme a tradição da etnografia da comunicação, uma vez que esta tradição também privilegiou a utilização do conhecimento etnográfico para escolher os locais em que as interações pudessem ser particularmente reveladoras sobre quaisquer questões que fossem de interesse imediato. Essa abordagem também desenvolveu conceitos que podem ser entendidos da mesma maneira, especialmente o referente à noção de *repertório comunicativo*, bem como o conceito de *situação de fala* ou de *evento de fala*. Todos esses conceitos, centrais para a etnografia da comunicação, estão baseados no pressuposto que as pessoas usam a linguagem de maneiras que variam sistematicamente em co-ocorrência com as outras dimensões das suas relações sociais. Ao nível da comunidade, existem, portanto, repertórios comunicativos, ou seja, conjuntos de recursos linguísticos aos quais as pessoas podem recorrer para os propósitos de uma determinada interação. A partir dessa perspectiva, fica evidente que é possível se obter uma compreensão mais ampla, tanto a respeito do significado de qualquer interação específica, quanto do sistema social a que ela pertence, somente através do estabelecimento de ligações entre as interações em uma variedade de situações. Além disso, os indivíduos possuem conjuntos de recursos linguísticos que variam de acordo com o acesso que cada um tem às situações comunicativas das suas comunidades.

O principal problema enfrentado pela abordagem da etnografia da comunicação é que ela se coloca empiricamente próxima ao impossível (fora dos encontros institucionalizados e com rotinas altamente padronizadas) para estabelecer limites em torno das interações, dos repertórios ou das comunidades. O conceito de co-ocorrência permitiu uma evolução na percepção da variabilidade social da prática linguística, mas foi incapaz de explicar a força socialmente criativa dessas práticas. Em vez disso, o potencial descritivo e explicativo das diretrizes etnográficas das interações teve que ser

conjugado ao da etnometodologia e da sociologia no reconhecimento da prática lingüística como um processo social, ao interesse da antropologia em compreender o comportamento cotidiano como sendo a base da produção e da reprodução cultural, e a uma abordagem lingüística para dar conta da transmissão de mensagens simultâneas e da multiplicidade de vozes da linguagem.

Desta forma, um tipo de etnografia de lugares múltiplos como a de Marcus, aplicada aos propósitos apresentados aqui, impõe a utilização dos métodos etnográficos para apreender a origem de uma determinada interação, e o seu destino, ou seja, quais as conseqüências que ela poderia ter e quais as pessoas que ela afetaria (estando elas presentes ou não nas interações examinadas). Há, entretanto, algumas controvérsias a respeito de quais seriam os métodos etnográficos, e, devido aos *insights* derivados justamente do estudo das interações, elas giram em torno do estado ontológico das várias formas de dados.

A preocupação específica diz respeito à medida em que os métodos etnográficos deveriam ficar restritos no exame do que é observável, ou se os relatos dos participantes podem fornecer informação proveitosa. Os relatos dos participantes são, naturalmente, constructos interacionais (sejam eles produzidos pelos que se denominam sociolingüistas ou antropolingüistas ou o que seja), e, portanto, as suas narrativas vindas à tona nas entrevistas ou captadas durante uma conversa espontânea com um vizinho precisam ser compreendidas do mesmo modo que entendemos qualquer interação, isto é, como um processo social (Briggs 1986; Cicourel 1988; Lafont 1977). É, no entanto, geralmente aceito que isso é somente uma variante de um velho problema nas ciências sociais, isto é, o problema relativo a de que modo a interpretação dos dados tem que levar em conta a subjetividade de todos os envolvidos. Tendo isso em vista, tem sido possível, contudo, tratar alguns desses problemas de diversas maneiras. Uma delas tem sido a triangulação dos dados, ou seja, a coleta de dados em uma variedade de fontes para se saber em que medida eles se confirmam ou se contradizem. Mais significativa, talvez, tem sido a utilização de técnicas de análise do discurso e da interação para se entender a natureza da construção dos dados, e por conseguinte quais tipos de alegações podem ser feitas a partir daí.

No entanto, a pergunta sobre o tipo de conhecimento etnográfico mais apropriado para a seleção dos lugares ainda permanece. Nesse caso, a questão é profundamente teórica. Alguns pesquisadores, na busca de explicação, adotaram princípios baseados em noções político-econômicas (Gal 1989; Heller 1995b), ou seja, na idéia de que a ordem simbólica está intimamente ligada ao mundo material, e que as práticas de linguagem podem ser, muitas vezes, explicadas em termos dos interesses que as pessoas têm a respeito dos recursos valorizados (inclusive a própria língua). Isso exige que se localizem os lugares onde esses recursos são produzidos e distribuídos, e se entenda o que lá acontece, não só em termos da relação de um local com os outros locais de produção e distribuição de recursos, mas também em termos da posição social que os participantes ocupam (ou que gostariam de ocupar) em relação a eles. O estudo da interação se torna, então, o que examina as operações da ação humana em relação aos obstáculos e às oportunidades apresentadas pelas condições sociais produzidas em outros lugares quaisquer. As operações da ação humana são entendidas como discurso no sentido de que elas são uma apreensão do mundo, um empenho para construir o

significado e para situar a si próprio e os outros nesse mundo, mas de maneiras que são também profundamente interessadas, localizando-se tanto no mundo material como no social.

CONCLUSÃO

A análise do discurso interacional se situa, portanto, na intersecção das nossas análises sobre a compreensão humana do mundo, das condições que produzem essa compreensão, e do seu papel na construção da ordem social. Permanece a controvérsia sobre o que pode ser aprendido ao examinarem-se as interações “por dentro”, isoladas das suas condições de existência, em oposição ao que pode ser aprendido ao situarmos as interações como parte dos processos mais amplos e de maior duração, dos quais pode-se esperar apreender apenas fragmentos.

A questão sobre o quê afeta o quê também permanece em aberto; embora pareça evidente que o comportamento padroniza-se em vários níveis, da estrutura lingüística, através da estrutura da conversação e do discurso, até a organização social das interações, a natureza das fontes desses padrões e das relações entre eles permanece obscura, assim como a medida em que eles realmente funcionam com autonomia (em oposição a serem capazes de ser assim descritos). Ainda não se sabe quais tipos de métodos poderiam nos permitir ir ao encaixe dessas questões, apesar de que, obviamente, os métodos oriundos das várias disciplinas (ciência cognitiva, sociologia, antropologia, lingüística, história) pareçam relevantes.

Todavia, a análise do discurso interacional não coloca somente essas questões, mas também as relacionadas com a natureza dos interesses em jogo em qualquer interação considerada. Os atores sociais exploram, criativamente, os recursos lingüísticos e discursivos para atingir, conscientemente ou não, tanto os objetivos imediatos como os remotos. Além disso, o que acontece com as pessoas tem efeitos palpáveis e observáveis em relação às condições das suas vidas e às dos outros; nossa compreensão sobre como as coisas acontecem para as pessoas é, portanto, enriquecida ao observar-se de que maneira elas as fazem acontecer (ou fazem com que aconteçam para elas).

A análise do discurso interacional é um meio de fazer avançar teorias a respeito da cognição humana, da linguagem e da ordem social, bem como um modo de tratar os problemas sociais que afetam inúmeras vidas. A integração desses dois propósitos proporciona um meio socialmente instruído e reflexivo para a construção da teoria, bem como uma base conceitualmente informada para a ação social.